



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
ICARO GUSTAVO SANTO DA SILVA

ANÁLISE ECONÔMICA SOBRE O PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL NO PERÍODO DE 2011 A 2013.

FORTALEZA

2014

ICARO GUSTAVO SANTO DA SILVA

**ANÁLISE ECONÔMICA SOBRE O PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL NO PERÍODO DE 2011 A 2013.**

Monografia submetida à Coordenação do
Curso de Graduação em Ciências
Econômicas, da Universidade Federal do
Ceará, com requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado

FORTALEZA

2014

ICARO GUSTAVO SANTO DA SILVA

**ANÁLISE ECONÔMICA SOBRE O PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR
INDIVIDUAL NO PERÍODO DE 2011 A 2013.**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Ceará, com requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em ____/____/____

Conceito:_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado
Orientador (a)

Prof. Dr. Jair do Amaral Filho
Examinador (a)

Prof. Dr. Sandra Maria Guimarães Callado
Examinador (a)

Dedico esse trabalho a toda a minha família
em especial minha mãe Nara Regina Santos
da Silva.

AGRADECIMENTOS

À Deus que sempre me deu força para ultrapassar as dificuldades durante toda a realização do curso, nos momentos em que eu ficava sem paciência e desanimado ele me dava força para não desistir e continuar em frente, vencendo o cansaço a falta de tempo e as dificuldades que enfrentei durante esta etapa.

Primeiramente a toda a minha família que sempre me apoio nas horas mais difíceis, em especial minha mãe Nara Regina Santos da Silva, que sempre acreditou na realização dos meus sonhos.

Aos meus amigos e colegas de faculdade que generosamente contribuíram do seu jeito, em especial meu amigo e colega de faculdade Cleudson Silva e Daniel Freitas que sempre me deram forças para não desistir nos momentos mais difíceis.

Ao professor Marcelo Callado que aceitou ser meu orientador, e sempre esteve a disposição de colaborar da melhor maneira, com sua sabedoria, educação e conhecimento.

“Se você não está preparado para errar, você
nuca conseguirá fazer nada original.”.

(Sir Ken Robison)

RESUMO

O presente trabalho vem oferecer subsídios para entender quem é o empreendedor individual, por que ele se formalizou, quais os seus obstáculos, analisar os efeitos do perfil do microempreendedor individual no período de 2011 a 2013. O Microempreendedor individual (MEI) vem se destacando como o principal caminho para aquelas pessoas que estão de olho nas oportunidades que o mercado oferece às empresas legalizadas. Em todo o país, é intenso o atendimento para os microempreendedores individuais. Há uma tendência crescente para serviços de orientação, consultorias, cursos de gestão, finanças, compras, vendas, e outros direcionados para o acesso ao mercado e acesso ao crédito. O registro como empreendedor individual impactou positivamente os negócios em 2013. Diante da formalização houve mudanças em quatro aspectos importantes ligados ao negócio, como o aumento do faturamento, melhores condições de compra, ampliação e possibilidade de venda para o governo, elevação da frequência de vendas para outras empresas. O aumento das vendas, foi significativo para a maioria dos microempreendedores, após a formalização.

Palavras-chaves: Empreendedorismo. Microempreendedor Individual.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9 a 12
2. Economia Informal No Brasil.....	12 e 13
3. Fundamentação teórica.....	13
3.1 Aspectos Gerais Do Microempreendedor Individual	13 e 14
3.2 Exigências Para Se Tornar Um Microempreendedor Individual	14
3.3 Como Realizar A Legalização Do Microempreendedor Individual.....	14
3.4 Benefícios Concedidos Ao Microempreendedor Individual.....	15
4. Perfil Do Microempreendedor Individual.....	16 a 21
4.1 Distribuição Por Setores e Atividades.....	21 a 29
5. Metodologia.....	29 a 30
6. Resultados Nacionais Da Pesquisa.....	31 a 45
7. Considerações finais	46 a 48
8. Referências bibliográficas	48 a 50

1.INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a informalidade tem sido um problema presente no Brasil. Em seu clássico *Raízes do Brasil* o autor Sérgio Buarque de Holanda abordou, a aversão do brasileiro a normas e contratos. Analisa-se que, para cada empresa legalmente registrada no Brasil, há outras duas não registradas. Com o objetivo de trazer para a formalidade milhões de empreendedores brasileiros que continuavam ainda à margem da sociedade, dando-lhes atributos legais e tributários mais justos para sua realidade, foi instituída, em 2008, o “Empreendedor Individual”.

No ano de 2008, Governo Federal publicou a lei complementa Nº 128/2008, criando a pessoa jurídica dos microempreendedores individuais, com o objetivo de abrir oportunidade de inclusão econômica e social de milhões de pessoas que trabalham por conta própria em todo o país, os trabalhadores autônomos que exerciam seus negócios sem nenhuma proteção ou benefício garantido por lei poderiam se tornar empresários. A Lei começou a ser divulgada na mídia para que o maior número de trabalhadores se formalizasse e passassem a usufruir dos benefícios, deixando ser um trabalhador informal para se tornar um empresário. A partir de 2009, as condições para a formalização de negócios com um limite anual de até R\$ 36mil foi facilitada pela internet, onde, o empreendedor pode obter seu CNPJ logo após preencher um rápido cadastro. A lei teve um avanço quando o teto do faturamento do microempreendedor individual passou de R\$36mil para R\$60mil por ano, pela aprovação da Lei Complementar 139/2011. Com isso, novas atividades foram incluídas no rol das que podem ser exercidas por este empreendedor. Essas mudanças apoio à sustentabilidade desses pequenos negócios.

A chance de se tornar um empresário causou certa expectativa no meio dos trabalhadores informais do Brasil, porém, muitos sem a menor noção do que seria os benefícios de ser formalizado e relação obrigações que podem surgir após a formalização. São profissionais autônomos que oferecem os mais variados produtos e serviços à sociedade ao qual ele mesmo está inserido, e a maioria dos negócios ou empresas funciona em suas próprias residências. Atividades que antes era pouca aceita pela sociedade, hoje podem ter o reconhecimento do governo, é o caso do coletor de resíduos não perigosos, ou simplesmente o catador de lixo e atualmente conhecidos como recicladores; essa função antes tão discriminada pela sociedade, hoje tem sua importância reconhecida através da Lei Complementar 128/2008.

Desde a última pesquisa, feita pelo perfil do microempreendedor individual em 2011, ocorreu um crescimento de 84%, chegando a mais de dois milhões de empresas. Para identificar possíveis alterações no perfil destas empresas e levantar mais informações, realizou-se em 2012 uma nova pesquisa junto a esse público. Entre as novas questões levantadas estão a verificação das mudanças ocorridas após a formalização no que diz respeito a investimentos, vendas para o governo e para outras empresas, controle financeiro, fornecedores e relacionamento com órgãos públicos (principalmente os de fiscalização) e com o próprio SEBRAE. As informações obtidas com a presente pesquisa pretendem verificar se o perfil dos MEI continua similar ao verificado um ano atrás, ou se ocorreram mudanças significativas nesse público. Espera-se ainda que os dados indiquem pontos a partir dos quais possam ser consideradas adequações nas estratégias e abordagens a ele direcionadas.

A pesquisa do perfil do MEI de 2011 a 2013 confirmam o fato de que, por suas características, o microempreendedor individual demanda uma atenção especial. Este estudo trata dos resultados das três edições da pesquisa de perfil do MEI. Onde o estudo se divide em seções onde a primeira detalha a metodologia, a segunda o levantamento das principais variáveis do universo de MEI, a terceira detalha os resultados da pesquisa amostral do perfil dos MEI 2011 a 2013.

Encontra-se muitas descrições para o empreendedorismo. O termo empreendedor (*entrepneuer*) tem o significado que assume riscos e começa algo novo e foi utilizado pela primeira vez pelo economista francês Jean Baptist Say, com a finalidade de diferenciar o indivíduo que consegue transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para um setor com produtividade elevada e com maiores rendimentos (DRUCKER, 1987).

O empreendedor possui características que o diferenciam e está empenhado em aperfeiçoá-las. A conexão entre o empreendedor classicamente definido e o microempreendedor individual se dá justamente neste ponto. Para o empreendedor clássico, as ações empreendedoras se dão num meio organizacional onde o profissional tem a capacidade de inovar nas rotinas ou então o conceito de criação de algo novo (DEGEN, 2009).

A visão do microempreendedor individual, empreende ao tomar frente de executar determinada atividade individualmente, sem ser funcionário de empresa, cientista, inventor, apenas exercendo a esmo, até formalizar-se, uma atividade que

lhe auferir renda mais, sem trabalhar para terceiro, sendo sim dono de seu próprio negócio (DEGEN, 2009).

Para Dornelas (2001), os empreendedores acreditam que o dinheiro é consequência do sucesso nos negócios, possuem liderança incomum, sabem construir uma rede de relacionamentos externos à empresa, planejam cada passo do negócio, possuem conhecimento, assumem riscos calculados e criam valor para a sociedade pela qual o empreendimento encontra-se inserido, em busca de soluções para melhorar a vida das pessoas.

Segundo o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2004), o perfil do empreendedor é composto por características como criatividade, perseverança e coragem de assumir riscos. A pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2010) classifica os empreendedores segundo dois tipos básicos de motivação para empreender: (1) empreendedores por oportunidades, motivados pela percepção de um nicho de mercado em potencial; (2) empreendedores por necessidade, motivados pela falta de alternativa satisfatória de ocupação e renda. De acordo com os resultados levantados pelo GEM (2010) no Brasil, para cada empreendedor por necessidade há 2,1 empreendedores por oportunidade.

Alguns motivos apontados para que o indivíduo se lance ao empreendedorismo são: a vontade de ganhar mais dinheiro, o desejo de sair da rotina e levar suas próprias ideias adiante, o desejo de ser seu próprio patrão, desenvolver algo que traga benefícios não só para si, mas para a toda a sociedade (SOUZA, 2010).

Para muitos trabalhadores, antes de tornarem-se microempreendedores individuais, o espírito empreendedor já se fazia em seu dia-a-dia, porém não havia organização em sua atividade antes da formalização, ou seja, até formalizarem-se, nenhum tipo de planejamento do negócio era feito, logo não havia controle dos riscos, investimentos, despesas e lucros. Assim, a formalização traz benefícios para o microempreendedor individual tanto no âmbito legal quanto prático, quando o MEI passa a obter orientações para melhorar sua atividade e planejá-la.

O MEI objetiva ir ao encontro daqueles empreendedores menores, como autônomos ou ambulantes - cabeleireiros, sapateiros, costureiras, pedreiros, entre outros, sendo mais de quatrocentas atividades aprovadas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN através da Resolução CGSN nº. 58, de 27 de abril de 2009 e relaciona as atividades que podem ser exercidas pelo Microempreendedor Individual.

Como benefícios oferecidos ao Microempreendedor Individual, pode-se citar dentre outros, os direitos previdenciários, a baixa burocratização, a isenção de taxas, a possibilidade de emissão de nota fiscal, o acesso a créditos e financiamentos bancários, a redução da carga tributária e assessoria gratuita.

Na análise feita por CIELO (2009), ele buscou identificar o perfil do pequeno empreendedor de sucesso através de um estudo realizado com os tomadores de Crédito do PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda, e conclui que o empreendedor de sucesso se forma através de um aprendizado constante que precisa de orientações e permanentes alinhos de rumo, mas não assinala quais características nem um fator estratégico dominante.

Oliveira (2009), procurou descrever as atitudes tomadas que levou a atividade empreendedora, definindo assim o perfil do empreendedor e conclui que o principal motivo que leva as pessoas atendidas pelo SEBRAE a optarem pela criação do próprio negócio relaciona-se ao mercado de trabalho, ou seja, situações provocadas por desemprego e a necessidade de complementar renda, portanto não relacionado a identificação de oportunidades, relaciona ainda quatro atribuições necessárias aos empreendedores de sucesso:

- 1) Experiência prévia no ramo de atividade;
- 2) Capacidade de construir redes de relacionamentos comerciais duradouras;
- 3) Capacidade de inovar e visualizar uma oportunidade de negócio;
- 4) Capacidade para lidar com as incertezas do mercado, principalmente a concorrência acirrada e as dificuldades de acesso ao crédito. Um fato apresentado que chama a atenção é sobre as redes de relacionamento, mas o estudo não investiga a questão, que foi relatada por 67% das empresas bem sucedidas da pesquisa.

2. ECONOMIA INFORMAL NO BRASIL

Nos últimos anos, trabalhar por conta própria tornou-se uma opção cada vez mais presente no mercado de trabalho brasileiro. Como significado de trabalho informal, utiliza-se largamente expressões como auto-emprego e outras opções de sobrevivência adotadas por trabalhadores. Estes, tem sua renda através de formas de trabalho por conta própria, principalmente por apresentarem dificuldades de ingressar ou retornar ao mercado de trabalho, ou até mesmo por opção.

Cacciamali(2000), mostra que o setor informal pode ser delimitado como sendo unidades econômicas, frisando-se o fato de o detentor exercer ao mesmo tempo as funções de patrão e empregado e não existir divisão entre as atividades de gestão e de produção.

Em relação, Feijó (2010, p. 333), afirma que “os diversos grupos que constituem a economia informal não devem ser reconhecidos ou protegidos por leis ou regulamentações e tanto os empregados quanto os empregadores são caracterizados por um alto grau de vulnerabilidade”.

Com o intuito de amenizar a situação da informalidade e minimizar os impactos da economia informal no país, o governo brasileiro empregou medidas para amenizar a situação da informalidade no Brasil. Através de estudos e aperfeiçoamento da legislação ou programas de apoio a estes trabalhadores, surgiu a figura do Microempreendedor Individual, oportunizando, através de benefícios e desburocratização, a formalização dos trabalhadores informais, pretendendo diminuir o trabalho informal no Brasil.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 ASPECTOS GERAIS DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Com o intuito de incentivar a regulamentação dos profissionais informais, a LC nº. 123/2006 criou o Simples Nacional, objetivando agregar a arrecadação dos tributos e contribuições nas esferas dos governos federal, estadual e municipal para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP. Mas, com a complexidade e as mudanças constantes da legislação e a dificuldade no cálculo dos tributos, muitos trabalhadores ainda se mantiveram na informalidade, não atingindo a expectativa de formalizações que a Lei almejava.

No Brasil, uma das grandes dificuldades era proporcionar aos trabalhadores informais a oportunidade de tornar seu trabalho formal, com baixo custo e pouca burocracia, sendo que o Empreendedor Individual é aquele que trabalha por conta própria, fazendo da sua profissão um negócio.

Com a aprovação de LC nº. 128/2008, que regularizou o Empreendedor Individual, estes profissionais informais tiveram e ainda têm a possibilidade de legalizar seus negócios, sendo que esta nova oportunidade de formalização traz aos

trabalhadores por conta própria, através do recolhimento de tributos de forma mais viável, a possibilidade de usufruir de benefícios que anteriormente estavam disponíveis apenas aos trabalhadores inseridos no mercado formal.

3.2 EXIGÊNCIAS PARA SE TORNAR UM MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Conforme o Código Civil – CC/2002, para ser considerado um Empresário, o indivíduo deve exercer atividades econômicas através da produção ou circulação de bens ou de serviços.

A LC nº. 128/2008, art. 18-A, diz quem poderá se tornar um Microempreendedor Individual, quando cumprir as seguintes exigências para legalização: receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 36.000,00; ser optante pelo Simples Nacional; possuir estabelecimento único, sem filiais; não participar de outra empresa como sócio ou administrador; atividade constar no Código de Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) e ter apenas um empregado que receba no máximo um salário mínimo federal ou piso salarial da categoria profissional.

O Microempreendedor Individual teve um aumento de receita bruta que passou a ser de R\$ 60 mil ao ano. Além disso, o MEI pode ter um empregado contratado e deve atuar em uma das mais de 400 atividades permitidas para o segmento.

Ao se formalizar como Microempreendedor Individual, o empreendimento passa a ter um CNPJ, podendo, assim, emitir de notas fiscais. Fora os benefícios relacionados ao empreendimento, o empresário, mediante pagamento mensal unificado – de cerca de R\$ 33,00 – ganha acesso a cobertura previdenciária.

3.3 COMO REALIZAR A LEGALIZAÇÃO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A legalização do MEI começou a ser realizada a partir de 1º de julho de 2009, conforme o art.14, inciso III da LC nº. 128/2008, sendo realizada através dos escritórios de contabilidade optantes pelo Simples Nacional, por meio de entidades de classe credenciadas, por órgãos e entidades dos entes federais como SEBRAE ou até mesmo pelo próprio Microempreendedor. O registro do MEI deverá ser realizado através do portal do empreendedor (www.portaldoempreendedor.gov.br), na internet.

De acordo com a LC nº. 128/2008, o MEI contou ainda com o atendimento gratuito por escritórios de serviços contábeis optantes pelo Simples Nacional ou por suas entidades representativas no que tange à inscrição, opção pelo regime e a primeira declaração anual simplificada do Microempreendedor Individual.

O Microempreendedor Individual não tem custo com sua legalização. Sendo vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, assim como às demais entidades e órgãos, a cobrança de valores a qualquer título, na inscrição, em quaisquer registros, no início de atividade, taxas, custos relativos à abertura, emissão de alvará, licenças, arquivamento na Junta Comercial.

3.4 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A LC nº. 128/2008 proporciona benefícios para que os trabalhadores informais busquem através desta legislação legalizar seus negócios. Dentre os benefícios concedidos com a formalização através do MEI, o Empreendedor Individual passa a contar com alguns benefícios previdenciários como aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e aposentadoria por tempo de contribuição; auxílio-doença e auxílio-acidente; - salário-família e salário-maternidade; dependentes do MEI terão direito a pensão morte e auxílio reclusão.

Outro grande benefício é a questão da emissão de nota fiscal e comprovação de rendas do MEI. Conforme o § 1º, art. 26 da LC nº. 123/2006, o MEI está desobrigado da emissão de nota fiscal para consumidor final, pessoas físicas, mas estará obrigado à emissão quando vender para destinatários com inscrição no CNPJ. Caso a venda ocorra para pessoa jurídica contribuinte do ICMS, o comprador pode emitir uma nota fiscal de entrada, desobrigando assim, o empreendedor da emissão da nota fiscal.

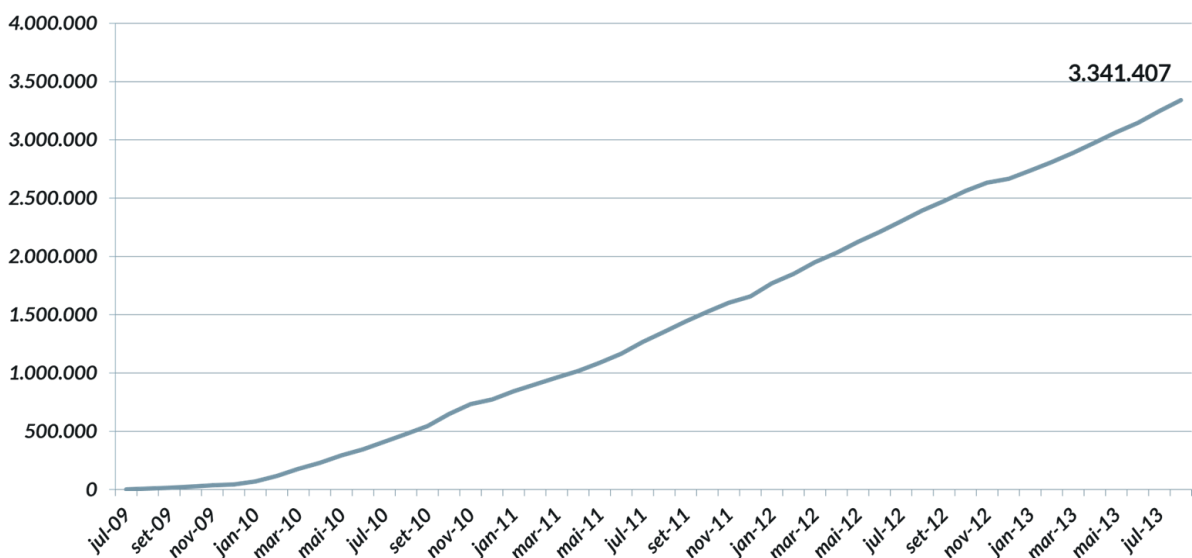
Com a possibilidade de o MEI emitir suas notas fiscais, por possuir inscrição no CNPJ, facilita ao empreendedor comprovar a origem de sua renda. Através da comprovação de renda o Microempreendedor Individual tem a possibilidade de adquirir bens, alugar imóveis e até mesmo fazer empréstimos bancários.

4. PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O perfil do MEI foi analisado a partir de dados da Receita Federal no período de 2011 a 2013, quanto à data de formalização, localidade, gênero, idade e seu setor econômico. Para complementar as análises, quando possível, ocorreu uma comparação entre o perfil do MEI com micro e pequena empresa (MPE).

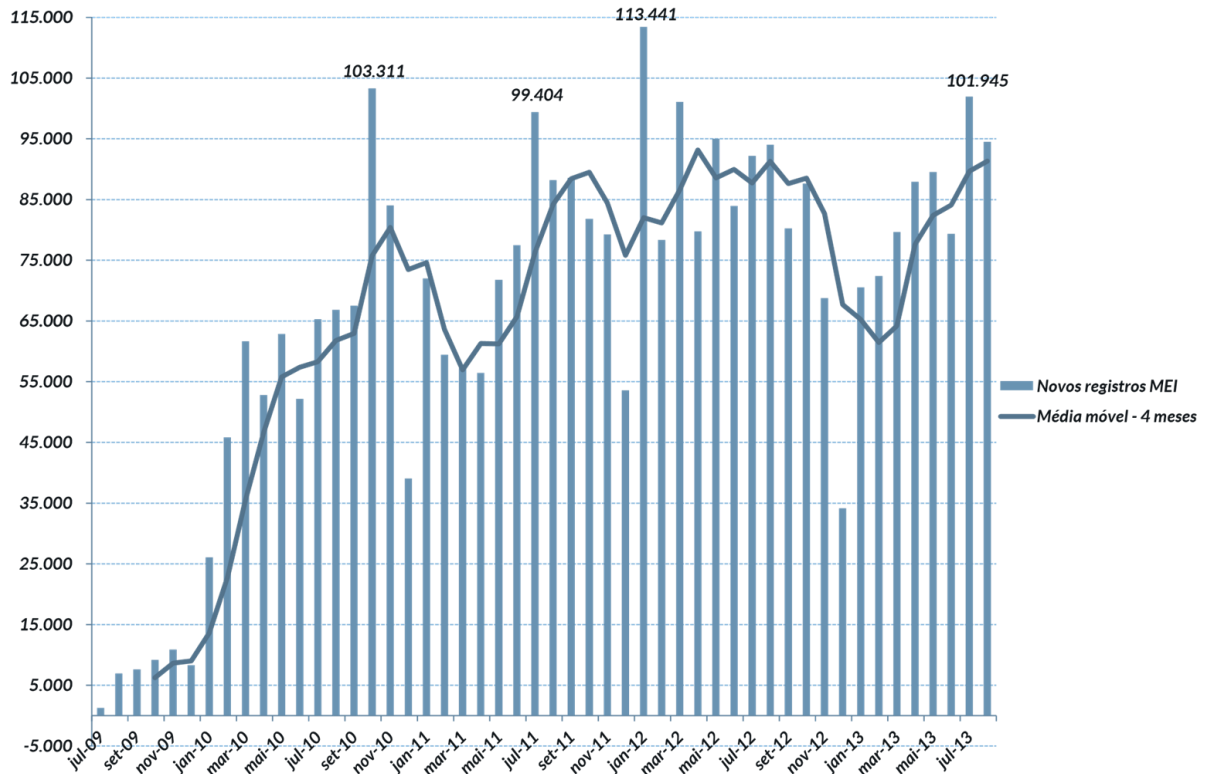
A formalização do MEI começou no início de julho de 2009. Desde então, tem havido um movimento intenso de novos microempreendedores registrados. De julho de 2009 a agosto de 2013, foram registrados no Brasil, 3.341.407 Microempreendedores Individuais (Gráfico 1). Durante o ano de 2011 se destacou com a formalização de 77.830 MEI no período, em 2012 esse número só aumentou para mais de 1 milhão de pessoas se formalizaram como MEI, de janeiro a agosto de 2013, esse número foi de mais de 750 mil, com isso, a expectativa é que chegue até dezembro de 2013 o número de MEI, deverá chegar a cerca de 3,8 milhões

Gráfico 1 – Número acumulado de MEI de julho de 2009 a Agosto de 2013



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:15

Gráfico 2 – Novos registros mensais de MEI de julho de 2009 a agosto de 2013

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:16

Pode-se observar que o número de registros mensais (Gráfico 2), teve nos últimos doze meses entre (set/12 a ago/13), a média de registros mensais foi cerca de 88.605 novos MEI, os meses que teve um maior registro foi outubro de 2010 (103.113), entre Julho de 2011 (97.273), Maio de 2012 (101.982) e Abril de 2013 (106.349).

Pela análise do gráfico podemos perceber que tanto 2012 quanto 2013 a maior concentração de novos registros são os meses de março a abril. Podemos perceber que a média móvel ocorreu uma tendência em 2013 semelhante ao ocorrido em 2012, ou seja, crescimento nos meses iniciais do ano e queda nos meses de final de ano.

Observa-se na tabela 1, a distribuição por estado mostra uma concentração na região Sudeste, mas com participação significativa de estados do Nordeste e do Sul. Os estados com o maior número de microempreendedores individuais são: São Paulo (24,6%), Rio de Janeiro (12%), Minas Gerais (10,5%) e Bahia (6,8%). Ocorreu um crescimento médio dos MEI nos últimos 12 meses foi de 39,5%, conforme tabela

1 adiante. A maior parte dos Estados (19) registram taxas inferiores à média nacional e 8 UF apresentaram taxas de crescimento superiores à média nacional (CE, PR, SC, MG, RS, SP, GO). Ou seja, três estados da região Sul, dois da região Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste e um da região Norte.

Tabela 1 – Participação estadual no total de MEI

Posição	UF	Universo	Participação em ago/12	Participação em ago/13	crescimento set/12 x ago/13
1	SP	822.404	24,1%	24,6%	37,7%
2	RJ	399.617	12,3%	12,0%	31,6%
3	MG	350.949	10,3%	10,5%	37,9%
4	BA	228.338	7,3%	6,8%	26,3%
5	RS	194.331	5,7%	5,8%	38,1%
6	PR	176.201	5,1%	5,3%	38,6%
7	GO	127.357	3,7%	3,8%	38,0%
8	SC	113.150	3,3%	3,4%	37,8%
9	PE	112.851	3,4%	3,4%	34,3%
10	CE	108.717	3,1%	3,3%	42,2%
11	PA	90.176	2,7%	2,7%	32,5%
12	ES	86.439	2,6%	2,6%	34,5%
13	MT	66.510	2,0%	2,0%	33,2%
14	DF	63.075	1,9%	1,9%	33,7%
15	MS	52.273	1,6%	1,6%	29,6%
16	MA	46.870	1,4%	1,4%	33,0%
17	RN	46.185	1,4%	1,4%	33,1%
18	PB	45.670	1,4%	1,4%	33,7%
19	AL	42.589	1,3%	1,3%	28,7%
20	AM	34.946	1,1%	1,0%	28,3%
21	PI	29.698	0,9%	0,9%	38,5%
22	TO	27.408	0,8%	0,8%	32,2%
23	RO	26.073	0,8%	0,8%	29,2%
24	SE	22.970	0,7%	0,7%	28,9%
25	AC	10.721	0,4%	0,3%	23,4%
26	AP	8.755	0,3%	0,3%	16,7%
27	RR	7.134	0,2%	0,2%	30,8%
TOTAL		3.341.407	100%	100,00%	35,0%

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

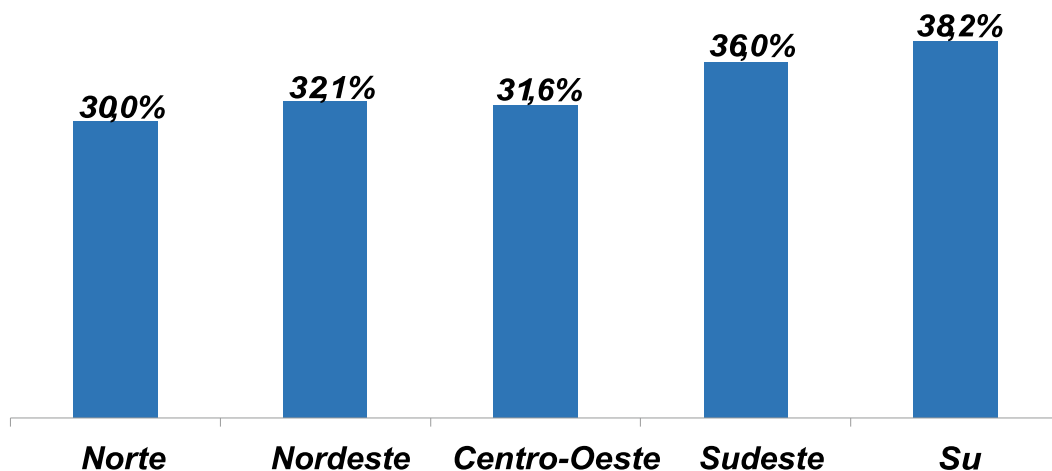
Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:17

Observa-se com a tabela anterior que ocorreu poucas mudanças na participação relativa das unidades da federação no total de microempreendedores individuais. Entretanto, comparando-se os dados de setembro de 2012 com agosto de 2013, analisou-se que algumas UF apresentaram crescimento mais acelerado que outras. Durante os doze meses, os três estados que mais cresceram foram Ceará (42,2%), Paraná (38,6%) e Piauí (38,5%) e os que menos cresceram foram Amapá (16,7%), Acre (23,4%) e Bahia (26,3%).

De acordo com os dados de crescimento regional no período de setembro de 2012 a agosto de 2013, é possível observar um ritmo mais forte nas regiões Sul e Sudeste, que tiveram crescimento acumulado no período de 38,2% e 36%, respectivamente. Já as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, tiveram crescimento mais moderado – 31,6%, 32,1% e 30%, respectivamente (ver gráfico 3).

Essas três regiões – Centro-Oeste, Nordeste e Norte, – tiveram um aumento mais fortemente no início da implementação da figura do Microempreendedor Individual, em 2009. Já as regiões Sul e Sudeste, que cresciam, em termos percentuais, menos do que as restantes, nota-se, nos últimos meses, uma aceleração no processo de formalização do MEI.

Gráfico 3 – Crescimento acumulado (%) – set/12 a ago/13



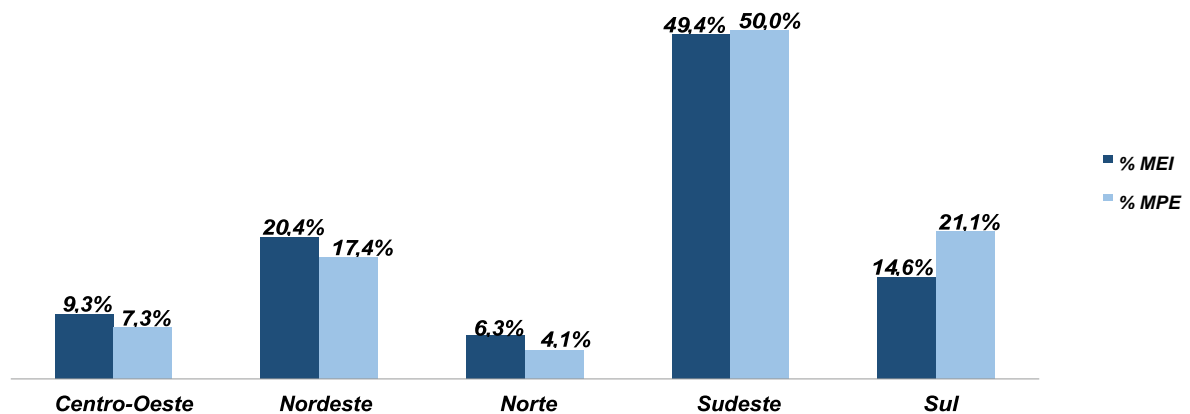
Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:19

Quando se comparam a participação regional no total de microempreendedores individuais no país com a participação no total de micro e pequenas empresas, veem-se claras diferenças de distribuição geográfica, conforme gráfico 4. Enquanto que o Norte contribui com 6,3% dos microempreendedores individuais do Brasil, é responsável por 4,1% das MPE. Já o Nordeste responde por 20,4% dos MEI e 17,4% das MPE; o Centro-Oeste contribui com 9,3% dos MEI e 7,3% das MPE; o Sul com 14,6% dos MEI e 21,1% das MPE. Já o Sudeste contribui praticamente com o mesmo percentual para os dois públicos – 49,4% dos MEI e 50,0% das MPE.

Assim, aparentemente, a formalização dos EI ocorre proporcionalmente com maior intensidade nas regiões onde há uma menor presença de empresas formais.

Gráfico 4 – Participação regional no número total de MEI e de MPE* (até ago/13)



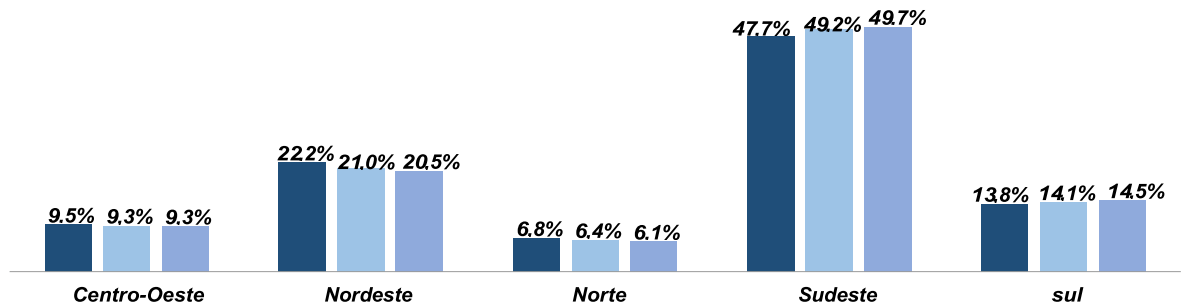
Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:18

*Optantes pelo Simples Nacional que não são MEI.

Fazendo uma análise sobre a distribuição regional dos microempreendedores individuais no mês de agosto dos anos de 2011, 2012 e 2013, percebeu-se sutis porém importantes mudanças. O Sudeste, por exemplo, aumentou em 1,4% a sua participação no total do MEI, e o Sul em 0,9%. O Centro-Oeste continuou inalterada sua posição ao longo dos três anos, enquanto o Nordeste caiu 1,8% e o Norte 0,5%. Essas mudanças indicam um movimento gradual e sutil de distanciamento dos percentuais de participação regional no total dos MEI.

Gráfico 5 – Participação regional no número total de MEI – ago/2011, ago/2012, ago/13.



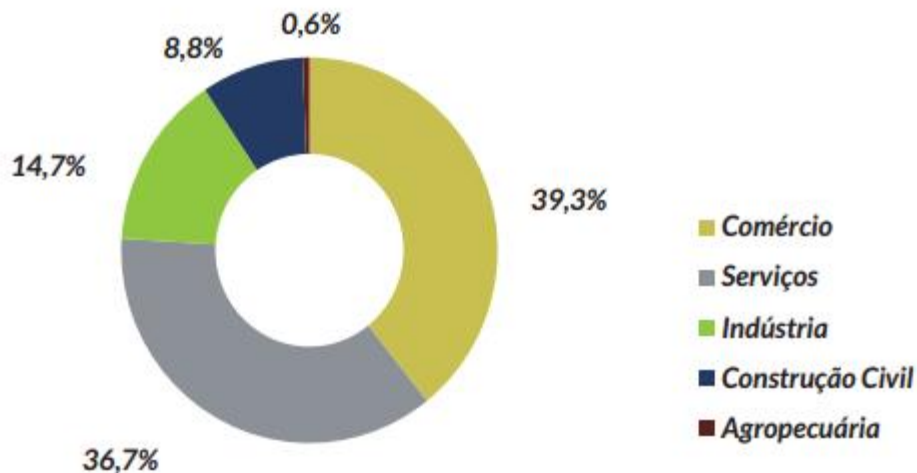
Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:19

4.1 DISTRIBUIÇÃO POR SETORES E ATIVIDADES

Onde ocorreu a maior distribuição dos MEI por setor de atividade foi concentrada no Comércio (39,3%) e Serviços (36,7%). Na sequência vêm Indústria, com 14,7%, Construção Civil, com 8,8% e Agropecuária com 0,6%, conforme gráfico 6.

Gráfico 6 – Distribuição de MEI por grande setor



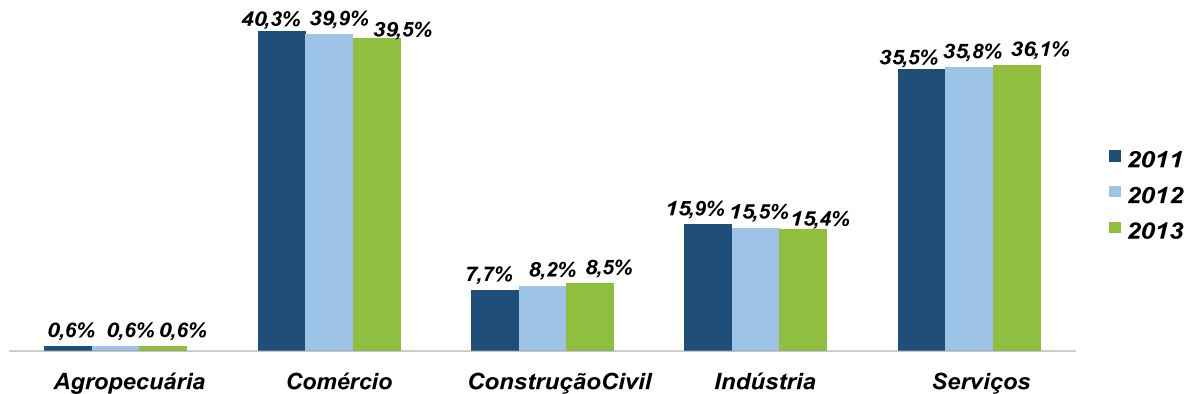
Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:19

Fazendo uma comparação sobre essa distribuição em relação aos anos anteriores, poucas modificações são observadas (ver gráfico 7). Comércio e Indústria têm apresentado ligeiras reduções na participação total e Construção Civil e Serviços

apresentam crescimento. Nenhum setor sofreu variação maior do que um ponto percentual de um ano para o outro.

Gráfico 7 – Distribuição de MEI por setores



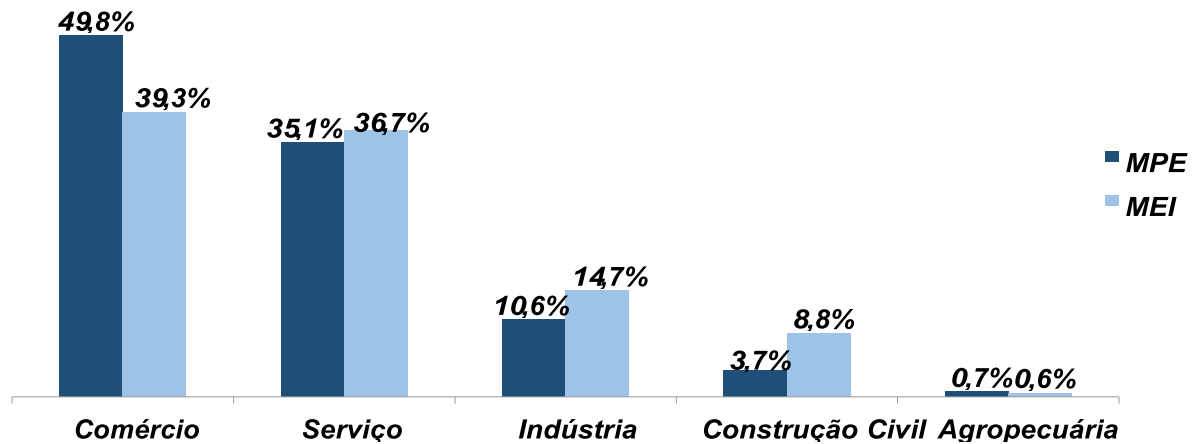
Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:20

Em relação às distribuições setoriais dos microempreendedores individuais e das micro e pequenas empresas, ilustradas no gráfico 8, mostra diferenças entre esses públicos. De forma geral, nota-se que o Microempreendedor Individual está distribuído setorialmente de forma um pouco mais homogênea do que as MPE, que se concentram fortemente em Comércio (49,8%).

O setor de Serviços tem importância relativa maior entre os microempreendedores individuais, com 36,7%, do que entre as MPE, com 35%. Os setores da Indústria e da Construção Civil também têm participação maior entre os MEI do que entre as MPE.

Gráfico 8 – Distribuição de MEI e de MPE* por setores



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:21

Essas diferenças na proporção de MPE e MEI por grande setor, já tinham sido notadas na Pesquisa de Perfil do Microempreendedor Individual de 2011, 2012 e condizem com a natureza das atividades permitidas para o MEI e a própria condição desses microempreendedores. As atividades de Serviços, em geral, exigem menos investimentos iniciais do que as de Comércio, o que explica, em parte, a maior presença do setor de Serviços entre os MEI do que entre as MPE.

Esse mesmo fator parece explicar a maior importância dos setores de Indústria (principalmente fornecimento de alimentos) e Construção Civil (principalmente obras de alvenaria e instalação e manutenção elétrica) entre os MEI, já que as principais atividades desses setores em termos de números de microempreendedores, conforme pode ser visto na tabela 3 adiante. Essas atividades têm em comum uma menor exigência de capacitação e investimentos iniciais, além de um relacionamento muito próximo do consumidor final.

Analisando-se mais a fundo as atividades mais frequentes entre os microempreendedores individuais, observa-se uma forte concentração em algumas atividades. É preciso ressaltar que, para se tornar MEI, o microempreendedor pode apenas atuar em um total de 471 atividades.

As dez atividades com a maior presença de MEI respondem por 37,7% do total. Assim como em 2011 e 2012, os microempreendedores individuais se concentram em atividades que, em geral, têm baixo valor agregado. As três atividades com o maior número de MEI são “comércio varejista de artigos do vestuário e

acessórios”, com 10,8% do total, “cabeleireiros”, com 7,0% e “obras de alvenaria”, com 3,4% (ver Tabela 3).

Das dez atividades com maior concentração de MEI, apenas três são de Comércio. Quatro atividades são de Serviços, duas são de Construção Civil e uma de Indústria.

A taxa média de crescimento de MEI nos últimos 12 meses nessas atividades top 10 é de 41,2%. Destaque para a atividade “outras atividades de tratamento de beleza” com crescimento de 50% no número de MEI. Essa atividade é uma subclasse CNAE que faz parte da atividade de cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza.

Tabela 3 – Atividades mais frequentes entre os EI – ago/13

	Atividades TOP 10	Qtde. MEI	%	crescimento set/12 x ago/13
Comércio	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	380.117	10,8%	40,6%
Serviços	Cabeleireiros	246.173	7,0%	33,8%
const.civil	Obras de alvenaria	118.882	3,4%	47,4%
Serviços	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	101.309	2,9%	39,0%
Serviços	Outras atividades de tratamento de beleza	92.625	2,6%	50,0%
Comércio	Comércio varejista de mercadorias em geral - minimercados, mercearias e armazéns	89.594	2,6%	36,5%
Serviços	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	85.307	2,4%	35,9%

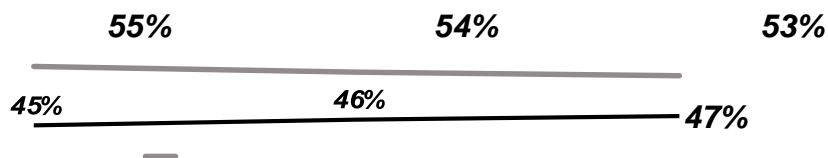
Indústria	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	75.319	2,1%	40,3%
const. Civil	Instalação e manutenção elétrica	68.305	1,9%	42,5%
Comércio	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	65.550	1,9%	46,5%
Total		1.323.181	37,7%	-

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:21

Do total de MEI registrados no Brasil, 53% são do sexo masculino e 47% do sexo feminino (Gráfico 9). O percentual de mulheres entre os microempreendedores individuais teve um acréscimo de um ponto percentual por ano desde 2011, o que demonstra que a participação das mulheres tem aumentado ligeiramente ano após ano.

Gráfico 9 – Distribuição de MEI por gênero – 2011 - 2012 - 2013



feminino__masculino

2011

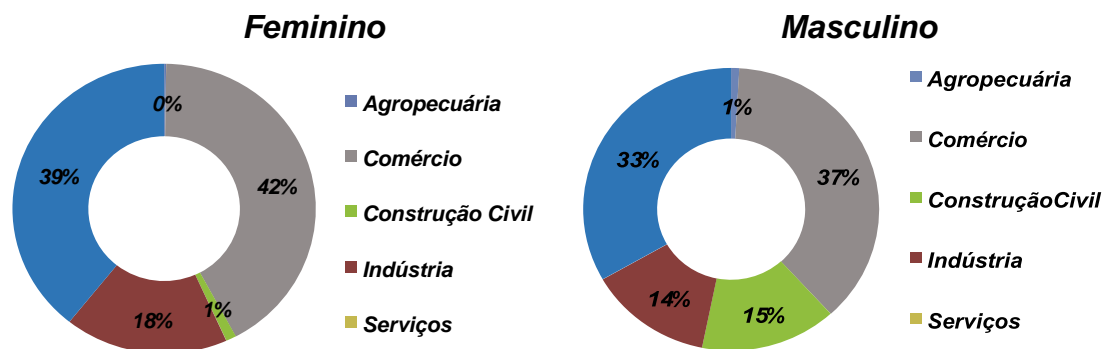
2012

2013

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:22

Dentre o MEI feminino, 42% estão no comércio, 39% nos serviços e 18% na indústria. Já para o público masculino, os microempreendedores estão preponderantemente no comércio e serviços, mas em proporção menor que o público feminino. A construção civil tem uma participação masculina bem maior que a feminina, 15% ante a 1%. (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Distribuição de MEI por gênero e setor – ago/13

Fonte: Sebrae.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:23

Ao se analisar a distribuição de MEI para as dez atividades com maior frequência de mulheres (tabela 4), fica evidente a proporção maior nos setores de comércio, serviços e indústria, conforme evidenciado também no gráfico 10. Essas 10 atividades com maior participação do público feminino concentram 54% do total de MEI mulheres e 25,2% do total geral de MEI. As atividades de cabeleireiros ou atividades de estética representam 17,1% do MEI feminino. O comércio de artigos de vestuário tem participação de 17,4% do público MEI do sexo feminino.

Tabela 4 – Atividades mais frequentes entre os MEI – Feminino –ago/13

top 10 - Atividades CNAE	MEI	%MEI Feminino	% no total MEI
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	284.917	17,4%	8,1%
Cabeleireiros	189.814	11,6%	5,4%
Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	89.689	5,5%	2,6%
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	57.359	3,5%	1,6%
Fornecimento de alimentos preparados preponderante	56.044	3,4%	1,6%

Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	46.416	2,8%	1,3%
Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	46.162	2,8%	1,3%
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados	42.243	2,6%	1,2%
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	39.073	2,4%	1,1%
Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	33.904	2,1%	1,0%
Total	885.621	54,0%	25,2%

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:23

Em relação aos setores com maior participação de MEI do sexo masculino, percebe-se mudanças tanto nos pesos da participação quanto de atividades. Por exemplo as atividades de obras de alvenaria, instalação e manutenção elétrica, e transporte rodoviário de cargas são eminentemente exercidas por pessoas do sexo masculino. A participação dessas 10 atividades, conforme, tabela 5, representa 32,5% do total de microempreendedores do sexo masculino e 17,4% do total de MEI.

Tabela 5 – Atividades mais frequentes entre os MEI – Masculino –ago/13

top 10 - Atividades CNAE	MEI	% MEI Masculino	% no total MEI
obras de alvenaria	115.340	17,4%	8,1%
Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	95.200	11,6%	5,4%
Instalação e manutenção elétrica	63.007	5,5%	2,6%
Cabeleireiros	56.359	3,5%	1,6%
reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	52.521	3,4%	1,6%
serviços de pintura de edifícios em geral	49.256	2,8%	1,3%

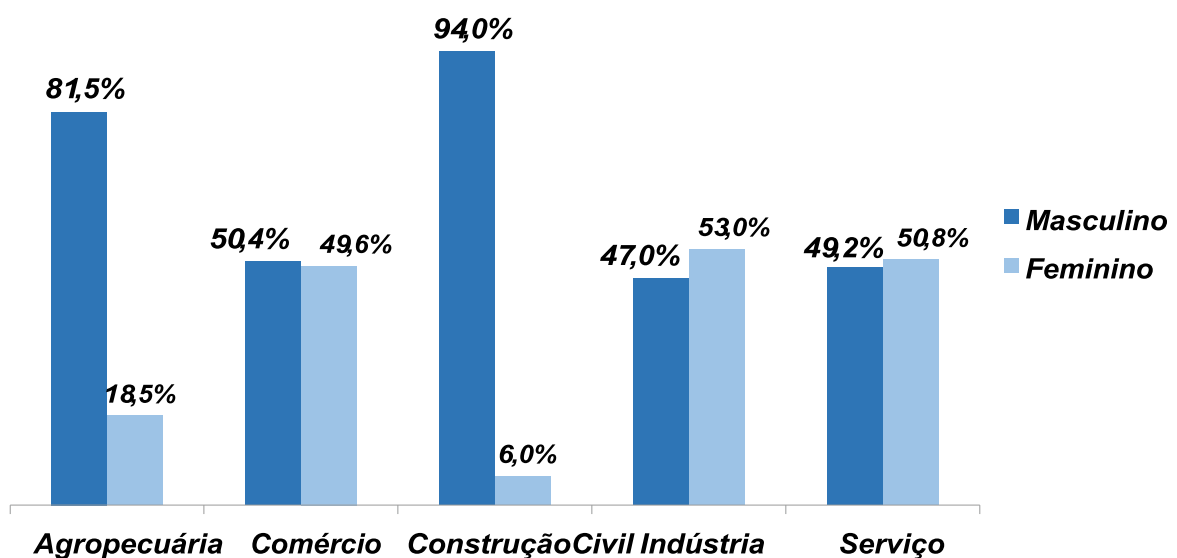
Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados	47.351	2,8%	1,3%
Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	46.234	2,6%	1,2%
Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	43.950	2,4%	1,1%
Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	40.152	2,1%	1,0%
Total	609.370	32,5%	17,4%

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:23

Analisando-se a distribuição MEI entre os setores, observa-se que do total de MEI na Construção Civil, 94% são do sexo masculino e 6% feminino. Os homens também são maioria entre os MEI da agropecuária e comércio. Já as mulheres são maioria entre os microempreendedores individuais da Indústria (53%) e metade dos MEI de Serviços (50,8%), conforme (gráfico 11).

Gráfico 11 - Distribuição de MEI por setor e gênero – ago/13

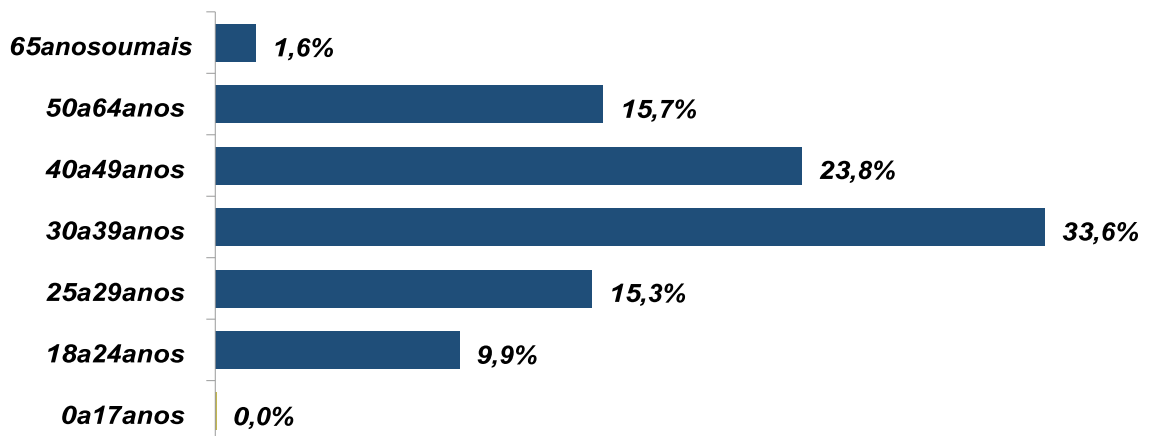


Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:24

A faixa etária com maior número de MEI é a de 30 a 39 anos, que responde por 33,6% dos microempreendedores individuais (ver gráfico 12). A segunda faixa etária mais expressiva é a de 40 a 49 anos, com 23,8% dos microempreendedores, seguida pela faixa etária de 50 a 64 anos e 25 a 29 anos, com 15,7% e 15,3%, respectivamente. De modo geral, o MEI é relativamente jovem, com cerca de 58,8% deles com menos de 40 anos. Comparando-se com os números de 2011 e 2012, percebe-se por um lado, participação cada vez maior de MEI acima de 40 anos e por outro lado uma ligeira redução na faixa mais jovens de até 24 anos. A faixa intermediária, entre 25 a 39 anos, praticamente não se altera (ver gráfico 13).

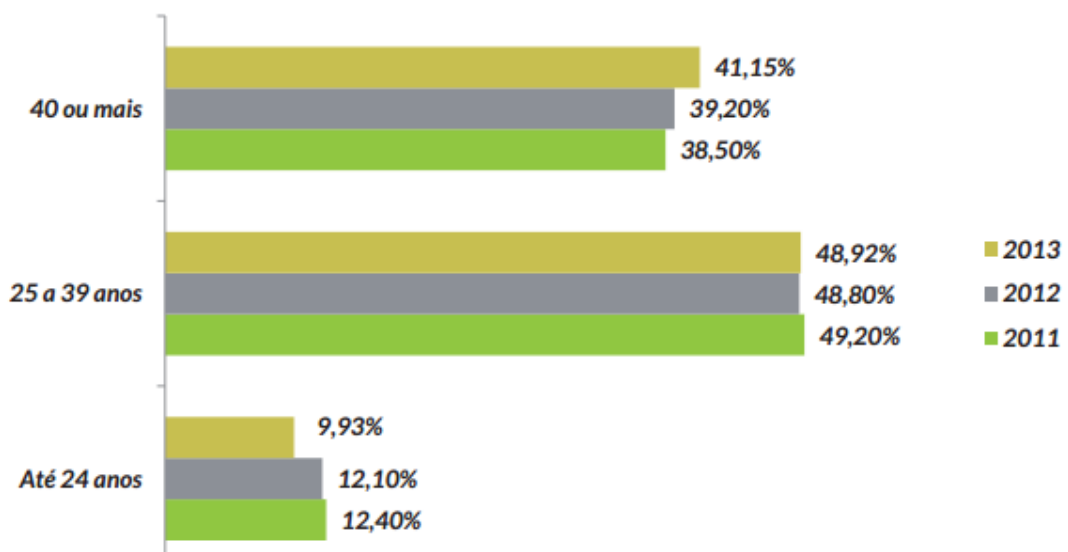
Gráfico 12 – Distribuição de MEI por faixa etária



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:24

Gráfico 13 – Distribuição de MEI por faixa etária – 2013x2012x2011



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.
Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:25

6. METODOLOGIA

Os dados de pesquisa que integram as ações operacionais planejadas para a realização da Pesquisa de Perfil do Empreendedor Individual baseiam-se em:

- Busca nacional quantitativa aplicada por telefone e com representatividade estadual.
- Análise dos dados da base de cadastro do Portal do Empreendedor, fornecida pela Receita Federal do Brasil.

LEVANTAMENTO AO UNIVERSO DA PESQUISA QUANTITATIVA

A busca quantitativa via telefone teve como universo o conjunto de 974.905 empreendedores individuais de todo o território nacional optantes pelos benefícios da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que se formalizaram entre 1º de julho de 2009 a 31 de março de 2011, no ano seguinte teve um aumento de 1.843.502 microempreendedores até 29 de fevereiro de 2012, essa pesquisa só foi aumentando no decorrer dos anos, últimos dados levantados foi no período de 28 de fevereiro de 2013, que teve formalização de 2.889.244 Microempreendedores Individuais.

LEVANTAMENTO AOS DADOS DO CADASTRO

Dados recolhidos do perfil (gênero, idade, tempo de constituição, município, setor e CNAE) foram utilizados os dados de cadastro dos microempreendedores Individuais formalizados nos períodos seguintes: entre 2009 a 2011 foram 1.118.947 cadastros, em 2012 teve um aumento para 2.056.015 e no ano de 2013 foi de 2.889.244 cadastros de microempreendedores Individuais formalizados.

A pesquisa considerou uma amostragem aleatória estratificada por estado que envolveu 10.585 empreendedores individuais no ano de 2011, 11.577 microempreendedores individuais em 2012 e 12.534 microempreendedores individuais em 2013, selecionados do Cadastro de microempreendedores individuais da Receita Federal do Brasil. A amostra selecionou cerca de 390 EI por unidade

federativa no ano 2011, 430 MEI entre 2012 e 2013 abrangendo os 26 estados do Brasil e o Distrito Federal. Após selecionada a amostra, os resultados nacionais foram ponderados de acordo com a participação de cada UF no universo total de EI no dia 31/05/2011 e participação de cada UF no universo total de MEI no dia 30/04/2012. A seguir, na Tabela 1, constam os números das amostras estaduais, seguidos do universo de EI por UF e sua ponderação na pesquisa:

LEVANTAMENTO À TÉCNICA DE COLETA DE DADOS E PERÍODO DE REALIZAÇÃO

A pesquisa quantitativa foi realizada por meio telefônico e foi executada por empresa licitada no período compreendido entre 09/05/2011 e 17/06/2011. Utilizou-se para isso questionário composto por 15 questões objetivas divididas em seis seções: perfil socioeconômico pré-formalização (questões 1–5); perfil socioeconômico pós-formalização (questões 6-9); formalização (10–11); impactos da formalização (12–13); expectativas de expansão (14); avaliação da formalização (15).

LEVANTAMENTO À MARGEM DE ERRO E INTERVALO DE CONFIANÇA

A pesquisa tem 95% de intervalo de confiança, com aproximadamente 2% de margem de erro para os resultados nacionais. Para os resultados estaduais, o intervalo de confiança é de 95%, com margem de erro de no máximo 5%.

Para corrigir distorções do tamanho da amostra em relação ao universo a base de dados foi ponderada de acordo com a participação de cada estado no total de MEI do Brasil.

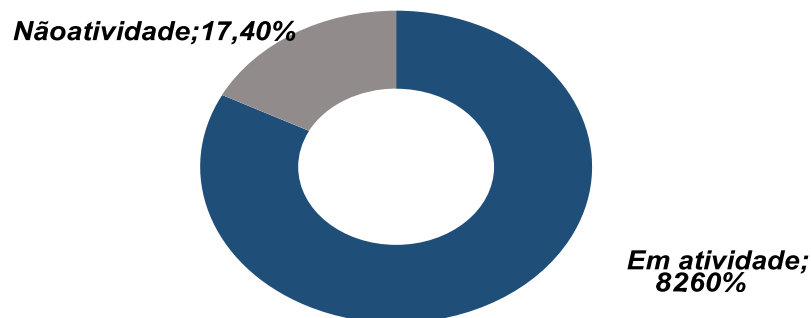
6. RESULTADOS NACIONAIS DA PESQUISA

PERGUNTA DE CONTROLE – ATIVIDADE

Os resultados da pesquisa foram obtidos através de entrevista, uma pergunta de controle, “O(A) Sr(a). está em atividade como microempreendedor individual?”. Os que responderam “não” foram direcionados a perguntas específicas. Esse dado é interessante não apenas para se obter informações mais precisas a respeito daqueles microempreendedores ainda em atividade, mas também para saber o nível de inatividade desse público – mesmo que esses não tenham dado baixa na Receita Federal.

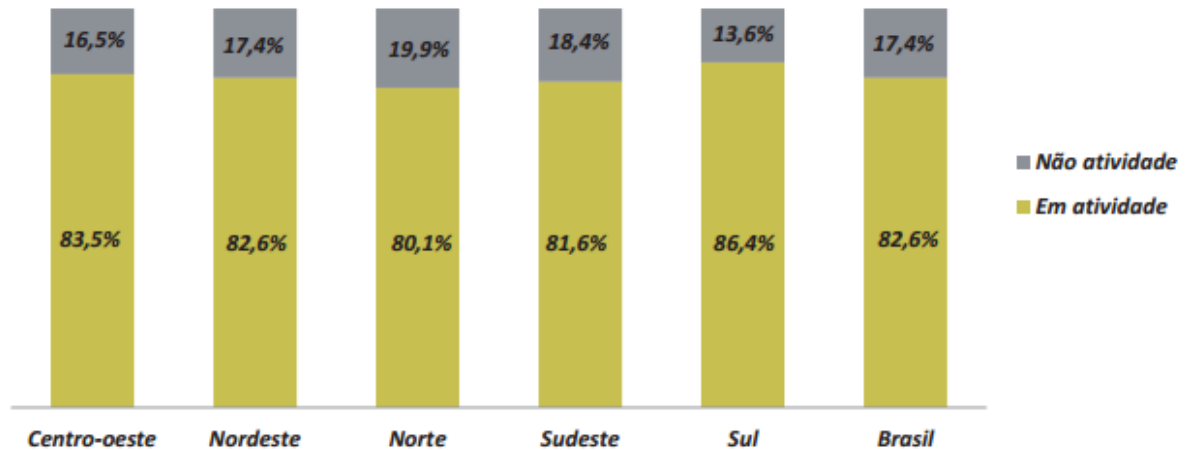
O dado obtido mostra que 82,6% dos microempreendedores individuais registrados na Receita Federal declararam estar em atividade, enquanto que 17,4% disseram não estar (ver gráfico 14). Como mostra o gráfico 15, há pouca diferença nos percentuais das regiões. Sendo a Região Sul, com 86,4%, é a que tem um maior percentual de microempreendedores individuais em atividade, enquanto a Região Norte tem 80,1%.

Gráfico 14 – Proporção de MEI em atividade – Brasil



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:26

Gráfico 15 – Proporção de MEI em atividade - Região

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:27

Ao analisar esses dados em nível estadual, os estados com o maior percentual de MEI que declararam estar em atividade foram Piauí (88,2%), Santa Catarina (87,4%) e Ceará (86,95%). Já o Acre (74,9%), Amazonas (75,1%) e Amapá (75,8%) foram os estados com menor percentual (ver Tabela 5). Nas próximas seções, serão utilizados apenas os dados daqueles microempreendedores que declararam estarem atividade.

Tabela 5 – Proporção de MEI em atividade por UF

UF	Em atividade	não Atividade
PI	88,2%	11,8%
SC	87,4%	12,6%
CE	86,9%	13,1%
PR	86,6%	13,4%
RS	85,8%	14,2%
GO	85,7%	14,3%
MT	84,8%	15,2%
PE	84,6%	15,4%
PB	84,0%	16,0%

MA	83,7%	16,3%
SP	83,4%	16,6%
ES	83,3%	16,7%
AI	83,0%	17,0%
RN	82,9%	17,1%
TO	82,8%	17,2%
PA	82,7%	17,3%
SE	82,2%	17,8%
MG	82,1%	17,9%
MS	81,0%	19,0%
DF	80,0%	20,0%
RO	79,8%	20,2%
BA	78,7%	21,3%
RR	77,7%	22,3%
RJ	77,6%	22,4%
AP	75,8%	24,2%
AM	75,1%	24,9%
AC	74,9%	25,1%
Brasil	82,60%	17,40%

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:28

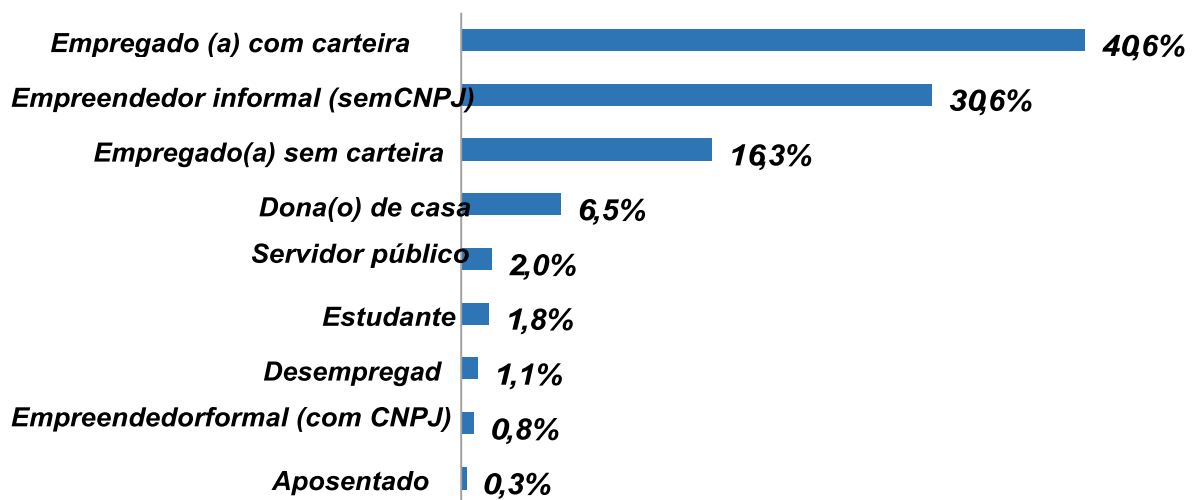
OCUPAÇÃO ANTES DE SE FORMALIZAR

Para assinalar com mais detalhes qual era a situação dos MEI antes de se formalizarem, a novidade neste questionamento é que foram criadas quatro novas categorias de respostas: servidor público, dono (a) de casa, aposentado (a) e estudante. Além desta alteração, as categorias de respostas “tinha meu negócio informal há 2 anos ou menos”, “tinha meu negócio informal há mais de 2 e menos de 5 anos” e “tinha meu negócio informal há mais de 5 anos” adotadas em 2012 foram alteradas para a categoria “empregador informal (sem CNPJ)”. Para dimensionar o tempo, houve a criação de uma pergunta específica com as seguintes opções: “menos de 2 anos”, “entre 2 e 4 anos e 11 meses”, “entre 5 anos e 9 anos e 11 meses” e “por

10 anos ou mais”. Por conta dessas mudanças, os resultados de 2012 e 2013 não são totalmente comparáveis.

No ano de 2013, 40,6% dos MEI afirmaram que, antes de se formalizarem eram empregados (a) com carteira; 30,6% eram microempreendedores informais (sem CNPJ); 16,3% empregado (a) sem carteira; 6,5% dono (a) de casa; 2,0% servidor público; 1,8% estudante; 1,1% desempregado (a), 0,8% microempreendedor formal (com CNPJ) e 0,3% aposentado (ver gráfico 17).

Gráfico 17 – Ocupação antes de se formalizar – 2013

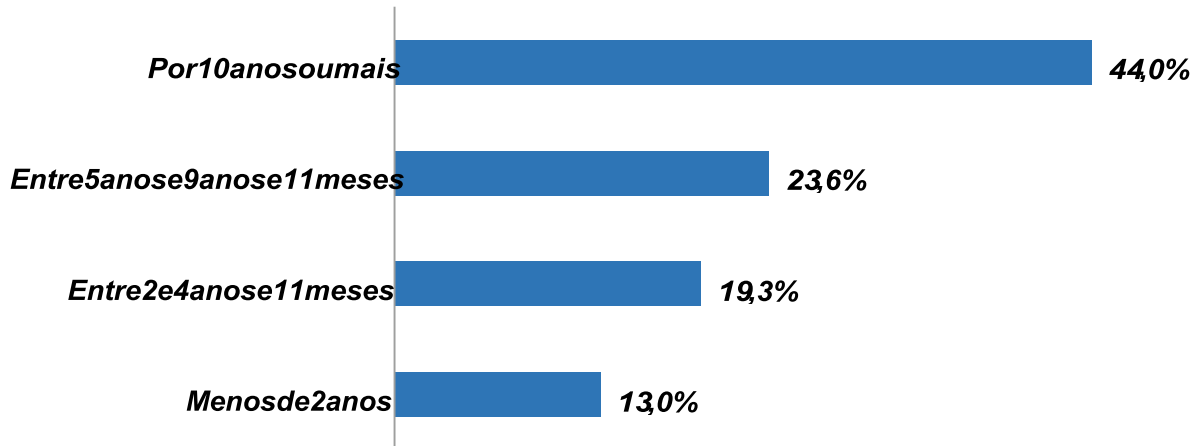


Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:35

Dentre aqueles MEI que afirmaram terem sido microempreendedores informais (sem CNPJ), 44% o foram por 10 anos ou mais, 23,6% entre 5 anos e 9 anos e 11 meses, 19,3% entre 2 e 4 anos e 11 meses e 13,0% menos de 2 anos (ver gráfico 17).

Gráfico 18 – Tempo de empreendedorismo informal (sem CNPJ) antes de tornar-se MEI – 2013.

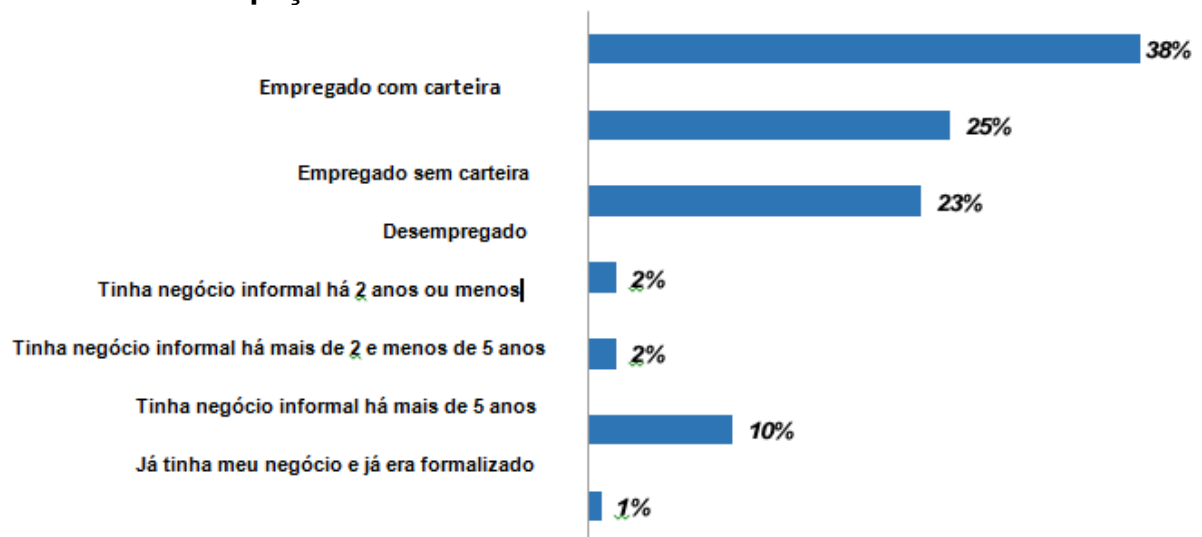


Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:35

Em 2012, o emprego com carteira era a principal ocupação de 38% dos MEI antes de se formalizarem; seguido pelo emprego informal e desemprego, com 25% e 23%, respectivamente; 2% tinham negócio informal há pelo menos 2 anos; outros 2% tinham negócio informal há pelo menos 2 anos e no máximo 5 anos; 10% possuíam negócio informal há mais de 5 anos; e 1% já tinham negócio formal (ver gráfico 18).

Gráfico 19 – Ocupação antes de se formalizar – 2012



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:35

Nota-se que 68,6% dos microempreendedores individuais afirmaram não estar envolvidos em atividades empreendedoras antes de se registrar. Em especial,

42,6% que afirmaram serem servidores públicos ou que possuíam um emprego formal, o que remete à inferência de que são um grupo de microempreendedores “por oportunidade” (e não “por necessidade”). Isso reforça a imagem de que a maior parte dessas pessoas saiu de um emprego formal para empreender, porque parece ter visto no empreendedorismo uma forma mais promissora de se sustentar.

Porém, é importante ressaltar que em 2013, 30,6% dos microempreendedores individuais declararam que tinham um negócio informal (sem CNPJ), sendo em 2012 apenas 14%, o que mostra que, além de ser uma porta de entrada para novos microempreendedores, a figura do MEI também é uma relevante porta de saída da informalidade. Esta inferência é corroborada pelo fato de que esses MEI que tinham um negócio informal, 87% o tinham a mais de dois anos.

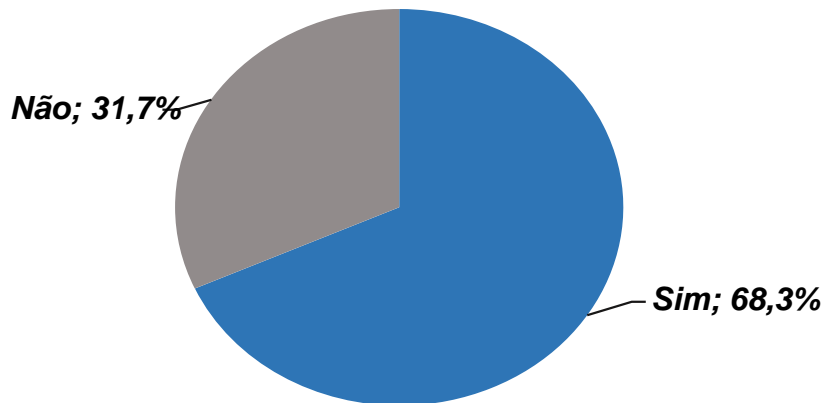
IMPACTOS DA FORMALIZAÇÃO

Com a função de se averiguar o impacto da formalização no negócio – daqueles que possuíam um negócio informal –, perguntou-se a esses microempreendedores se, após a formalização houve mudança em quatro aspectos ligados ao seu negócio: aumento das vendas, condições de compra, vendas para governo, frequência de vendas para outras empresas e tomada de empréstimos.

AUMENTO GERAL DAS VENDAS

O primeiro questionamento foi voltado para as vendas após a formalização como microempreendedor individual. A maioria dos microempreendedores, 68%, afirmou que houve um aumento neste quesito. Já 32% afirmaram que não houve mudança (ver gráfico 20).

Gráfico 20 – Vendas após a formalização



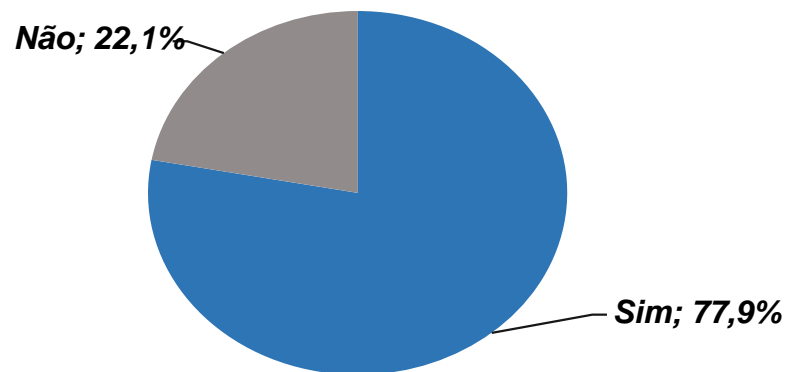
Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:36

CONDIÇÕES DE COMPRA

Quando questionados se acreditam que ter um CNPJ permitiu melhores condições para comprar de seus fornecedores, 77,9% dos MEI afirmaram positivamente em contraposição a 22,1% que acreditam que a formalização não contribui para melhorar suas condições de compra. (ver gráfico 21).

Gráfico 21 – Condições de compra após a formalização



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:36

VENDAS PARA OUTRAS EMPRESAS

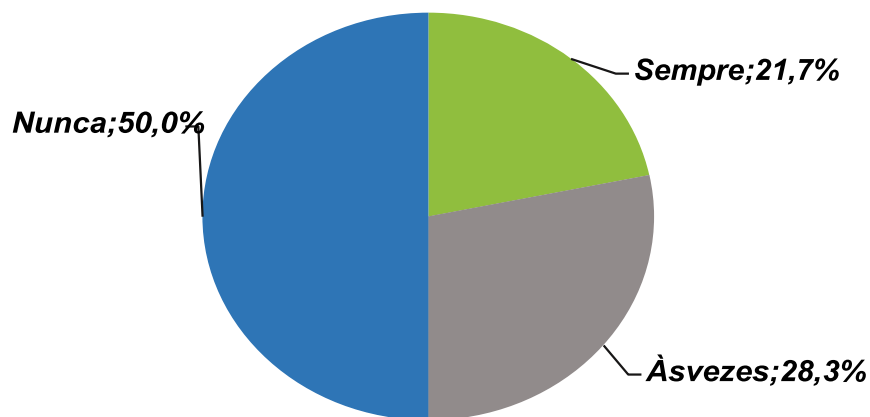
Uma importante vantagem de se formalizar é poder emitir nota fiscal. Empresas formais têm maiores exigências do que pessoas físicas quanto à compra e venda de produtos e serviços e necessitam manter um maior controle financeiro.

Por isso, a formalização como microempreendedor individual dá mais possibilidade de vender para outras empresas.

Porém, os números parecem mostrar que ainda há muitas oportunidades a serem aproveitadas, já que apenas 21,7% dos microempreendedores individuais afirmaram que, após a formalização, sempre vendem para outras empresas e 28,3% informaram vender às vezes para outras empresas. Registra-se que 50,0% dos MEI nunca venderam para outras empresas. (ver gráfico 22).

Apesar de 50% ser um número relativamente alto, vale ressaltar que esses negócios, quando na informalidade, dificilmente venderiam para empresas. O fato de 21,7% afirmarem sempre vender para outras empresas mostra que muito já se avançou na questão de acesso dos MEI a mercados.

Gráfico 22 – Vendas para outras empresas



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

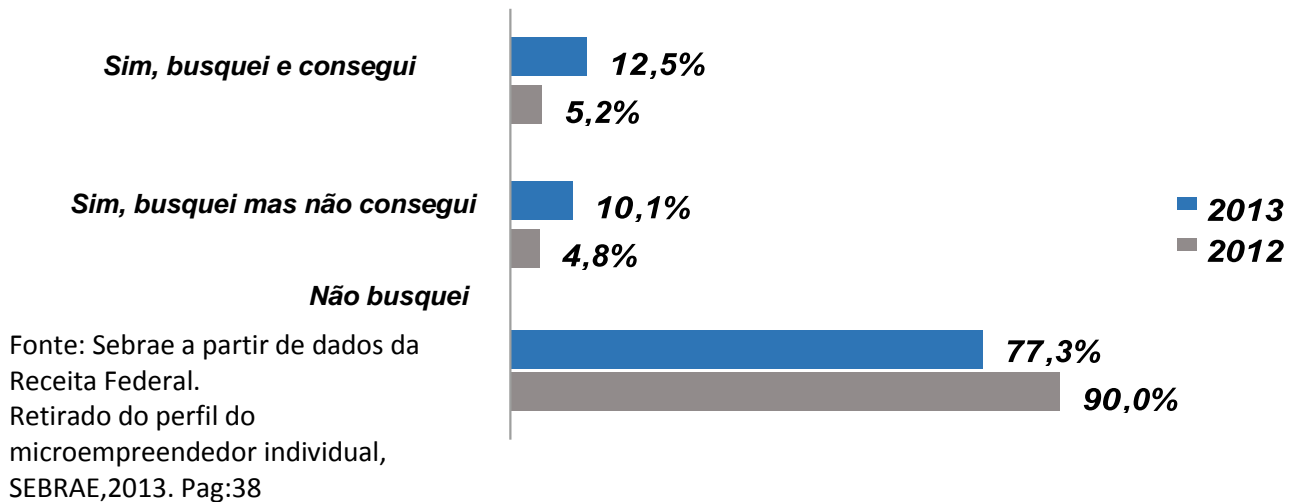
Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:37

ACESSO A CRÉDITO

Questionados sobre o acesso ao crédito, a maioria dos microempreendedores individuais afirmou não ter buscado por empréstimos como pessoa jurídica após a sua formalização. O percentual dos que fizeram essa afirmação diminuiu em relação à pesquisa anterior, passando de 90% para 77,3%. Outros 22,6% afirmaram ter buscado por empréstimo, sendo que desses, 12,5% afirmaram ter conseguido e 10,1% afirmaram não ter conseguido empréstimo (ver gráfico 23). Comparando-se com os resultados da pesquisa de 2012, é interessante notar que não

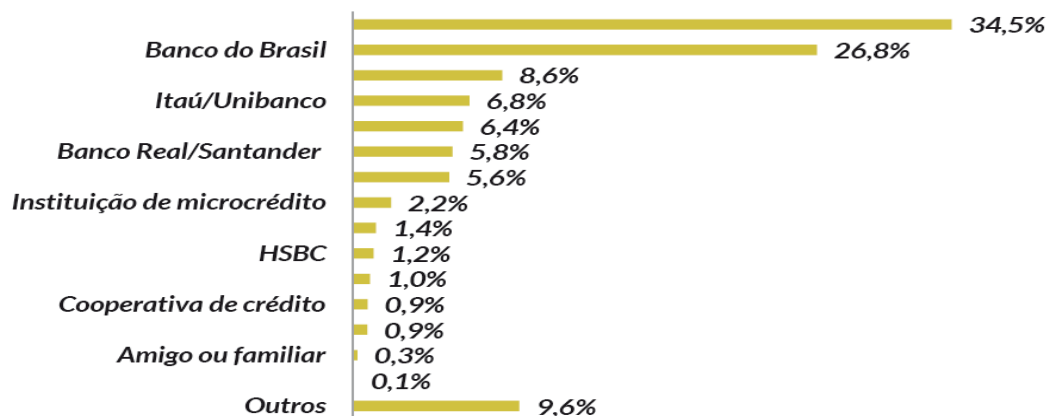
somente o percentual dos que buscaram empréstimos aumentou de 2012 para 2013, mas também daqueles que buscaram e efetivamente conseguiram, passando de 5,2% para 12,5%.

Gráfico 23 – Busca por empréstimo – 2013 x 2012



Aos MEI que afirmaram ter buscado por empréstimo como empresa – tendo eles conseguido ou não –, foi perguntado onde se deu essa busca. A instituição financeira mais citada foi a Caixa Econômica Federal, onde 34,5% dos microempreendedores buscaram empréstimo. O Banco do Brasil foi procurado por 26,8% deles, o Bradesco por 8,6%, o Itaú/Unibanco por 6,8%, o “Banco do Povo” – nome fantasia para diversos programas estaduais de microcrédito – por outros 6,4%, o Banco Santander por 5,8%, o Banco do Nordeste por 5,6%; 17,6% buscaram empréstimos em outras fontes (ver gráfico 24).

Gráfico 24 – Instituições mais procuradas para obtenção de empréstimo*



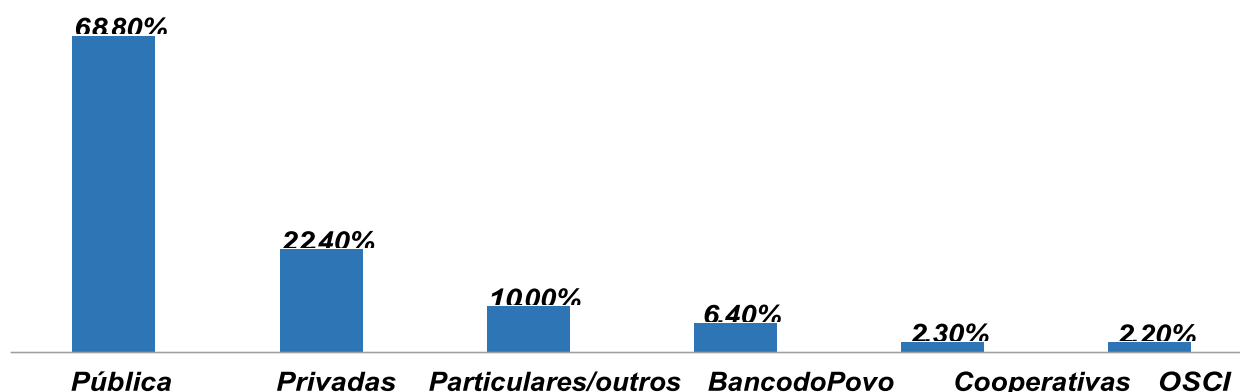
*A soma é superior a 100% pois um indivíduo pode ter buscado empréstimo em mais de uma fonte.

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:39

Fazendo-se uma análise quanto à natureza da fonte de empréstimo que o microempreendedor buscou, foi possível dividi-las em seis categorias: instituições públicas; instituições privadas; cooperativas de crédito; fontes particulares e outros (abrange amigos, familiares, agiota, etc); banco do povo e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). De todos os microempreendedores individuais que buscaram empréstimo para sua empresa, 68,8% foram às instituições financeiras públicas; 22,4% para instituições privadas; 10% buscaram em fontes particulares e diversas; 6,4% banco do povo; 2,30% cooperativas e 2,2% OSCIP (ver gráfico 25).

Gráfico 25 – Categorias de instituições mais procuradas para obtenção de empréstimo*



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:39

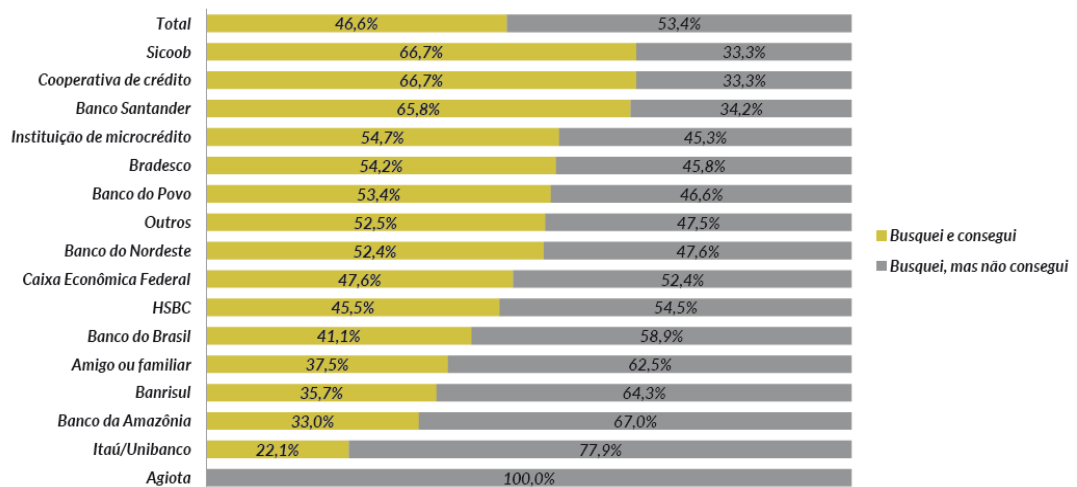
*A soma é superior a 100% pois um indivíduo pode ter buscado empréstimo em mais de uma fonte.

Foi cruzado os dados dos microempreendedores que buscaram por empréstimos e conseguiram, que buscaram empréstimos mas não conseguiram com as instituições com as quais negociaram, no sentido de se saber quais instituições têm a maior percentual de aprovação de empréstimos. Enquanto que em nível geral 46,6% dos que buscaram empréstimos conseguiram, no SICOOB e Cooperativa de Crédito este percentual sobe para 66,7% e no Banco Santander é de 65,8%, sendo estes as três instituições com maior percentual de aprovação de empréstimos.

Por outro lado, agiotas (0,0%), Itaú/Unibanco (22,1%) e Banco da Amazônica (33,0%), são aquelas instituições com menor percentual de sucesso nos empréstimos.

Já entre as três instituições mais procuradas para obtenção de empréstimos, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Bradesco, tiveram como taxa de sucesso, respectivamente, 47,6%, 41,1% e 54,2% (ver gráfico 26).

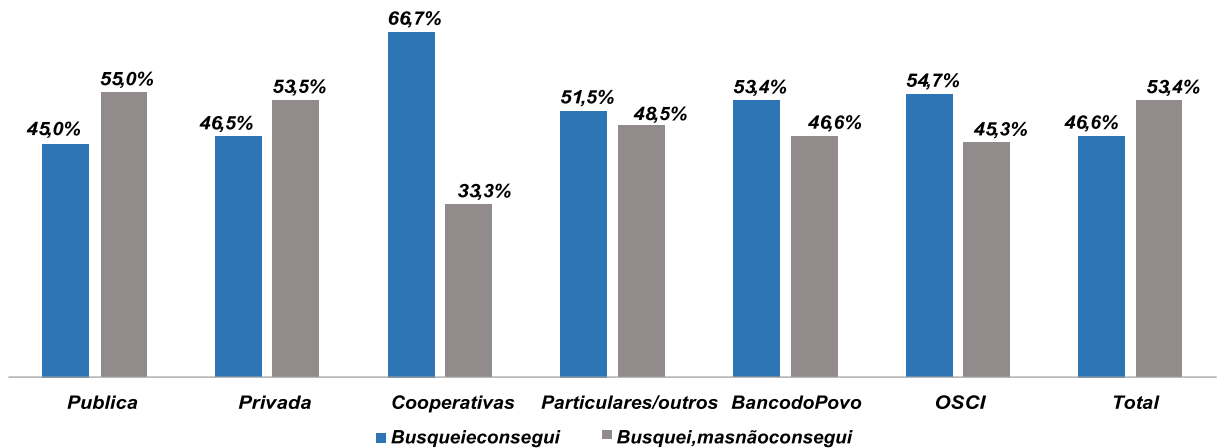
Gráfico 26 – Sucesso na obtenção de empréstimo



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:40

Visando uma análise mais agregada, verificou-se o percentual de obtenção de empréstimo por categoria de instituição. Na busca por empréstimos, as instituições públicas foram procuradas por 68,8% dos MEI, no entanto, são as que têm menor taxa de liberação para esse público – 45,0%. Sendo as cooperativas, o conjunto de instituições com maior taxa de liberação (66,7%), seguida pelas OSCIP (54,7%), banco do povo (53,4%), particulares/outros (51,5%) e privada (46,5%) - (ver gráfico 27).

Gráfico 27 – Sucesso na obtenção de empréstimo – por categoria de instituição

Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:41

Esses números mostram que os microempreendedores individuais buscam empréstimo principalmente nas categorias de instituições que possuem o menor índice de liberação de crédito: os bancos públicos(45%) e bancos privados(46,5%). Apenas 4,5% dos MEI buscam empréstimos como pessoa jurídica em cooperativas de crédito ou OSCIP, onde é mais provável que eles tenham sucesso na obtenção, pois suas taxas de liberação são 66,7% e 54,7%, respectivamente.

PRINCIPAL MOTIVO PARA FORMALIZAÇÃO

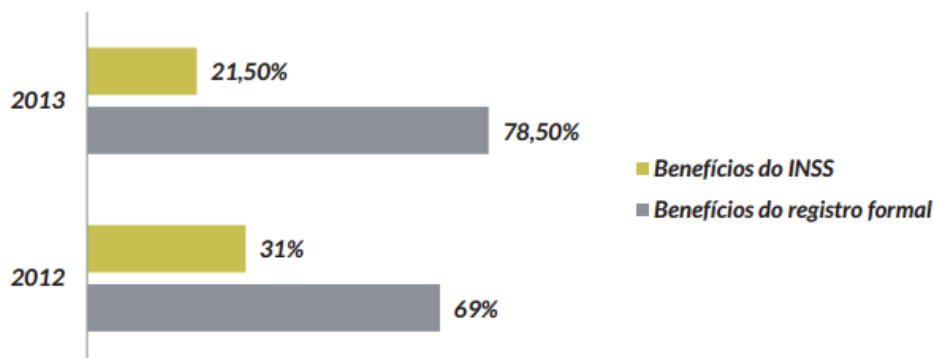
Questionou-se os motivos que os fizeram a se formalizar como microempreendedores individuais, 78,5% dos entrevistados citaram motivos voltados aos benefícios que a formalização traz à sua empresa. Outros 21,5% afirmaram que os benefícios do INSS foram o principal motivo para sua formalização como MEI. Comparando-se aos resultados de 2012, vê-se que a intensidade de microempreendedores que citaram benefícios do registro formal como o principal motivo, aumentando 9,5 pontos percentuais – de 69% para 78,5%; os que haviam citado os benefícios do INSS saíram de 31% para 21,5% (ver gráfico 28).

O resultado destas análises está fortemente ligado ao grande número de microempreendedores individuais que eram empregados com carteira assinada antes de se formalizar. Alguns desses, inclusive, permanecem em seus empregos, e, portanto, já estão cobertos pelo INSS. Deve ser destacado que esse resultado reforça o que já havia sido observado em 2012: a maior parte dos MEI se formalizam pois

querem crescer como empresa, ou seja, tem visão empreendedora. Isso é corroborado pelo resultado de que 84,0% querem ganhar acima de R\$ 60 mil nos próximos anos, desejando crescer como empresários, deixando de ser MEI para ser microempresa.

Desagregando-se os resultados, vê-se que o motivo mais citado foi “ter uma empresa formal”, com 42,5%, seguido de “benefícios do INSS” (21,5%), “emitir nota fiscal” (9,1%), “crescer mais como empresa” (7,7%), “facilidade de abrir a empresa” (4,9%), “fazer compras mais baratas/melhores” (4,1%), “evitar problemas com a fiscalização/prefeitura” (2,8%), conseguir “empréstimo como empresa” (2,6%), “possibilidade de aceitar cartão de crédito/débito” (1,9%), “custo de formalizar é muito barato/de graça” (1,5%), “possibilidade de vender para outras empresas” (0,9%) e “possibilidade de vender para o governo” (0,4%) - (ver gráfico 29).

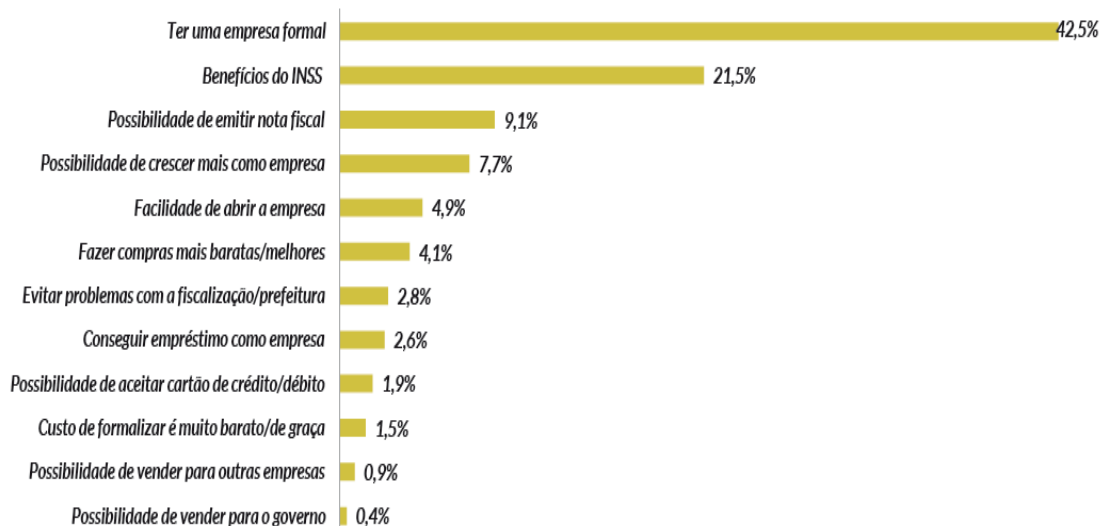
Gráfico 28 – Principais motivos para formalização



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE, 2013. Pag:43

Gráfico 29 – Principais motivos para formalização - Detalhado



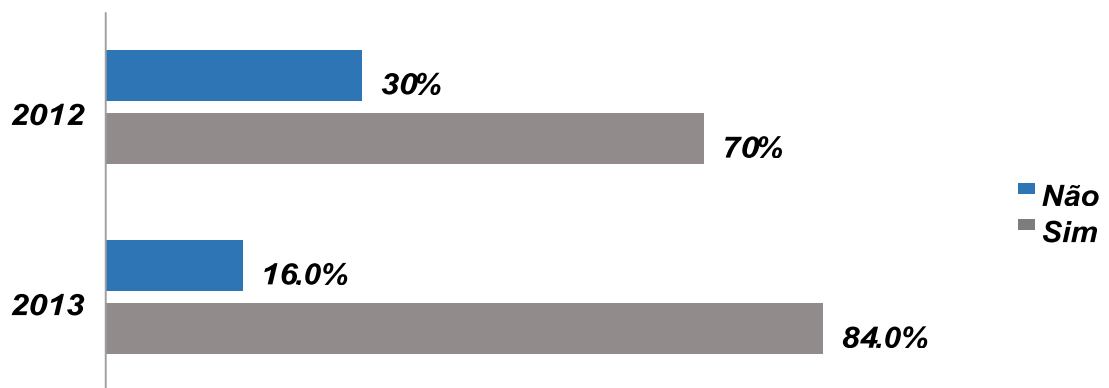
Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:44

PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO

Foi debatido se o MEI intenta, nos próximos anos, faturar mais de 60 mil reais por ano com sua empresa. Diante desse quesito, em 2012, 70% afirmaram positivamente, aumentando para 84% em 2013. Por efeito, o percentual dos que afirmaram negativamente decresceu de 30% em 2012 para 16% em 2013 – (ver gráfico 30). Analisando os dados eles iram ao encontro daqueles encontrados na seção 6.9, onde é registrado que 78,5% dos entrevistados têm como principais motivos para se formalizarem os benefícios de terem uma empresa legalizada

Gráfico 30– Perspectiva de crescimento



Fonte: Sebrae a partir de dados da Receita Federal.

Retirado do perfil do microempreendedor individual, SEBRAE,2013. Pag:48

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos com este estudo facilitar o entendimento no processo de criação do Microempreendedor Individual e o estudo de perfil dos trabalhadores informais que estão aderindo ao regime do mesmo. Procurou-se identificar quais principais benefícios que levam os trabalhadores informais a se tornarem um Microempreendedor Individual (MEI) e realizar um levantamento sobre o perfil dos trabalhadores informais que aderiram a formalização. O empreendedorismo é um forte aliado no desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que o empreendedor é um indivíduo inovador, que tem iniciativa e gosta de correr riscos calculados, logo,

é pessoa admirada e respeitada pelo povo brasileiro. Em decorrência disso, no ano de 2008, foi criada a lei do Microempreendedor Individual, que tem como objetivo a formalização dos trabalhadores que exerciam a sua atividade profissional, informalmente, proporcionando-lhes, assim, a inclusão social e econômica. Na esteira desse conhecimento, a pesquisa realizada teve a finalidade de fazer um estudo de múltiplos casos, envolvendo alguns empreendedores individuais, no tocante às suas competências empreendedoras. Para isso, foi utilizada a metodologia da pesquisa descritiva pela qual se realizou uma análise das competências empreendedoras desses microempreendedores. Teve como base também a pesquisa e estudo de múltiplos casos, envolvendo uma abordagem quantitativa e qualitativa, com a aplicação de um questionário para empreendedores individuais. O resultado do estudo mostrou que os microempreendedores individuais possuem algumas das competências empreendedoras que foram abordadas. Concluiu-se que a minimização burocrática e facilidades na formalização; os direitos previdenciários e a possibilidade de emissão de nota fiscal; a comprovação de renda, além da redução dos impostos e redução nas obrigações acessórias exigidas, destacou-se entre os benefícios oferecidos aos MEI's conforme a LC nº. 128/ 2008. O levantamento bibliográfico foi possível identificar através da LC nº 128/2008 e outros meios, as condições legais e atuações que devem ser realizados para a formalização através do MEI. Neste sentido, pôde-se trazer os principais conceitos e informações para que o trabalhador informal possa ter conhecimento básico da Lei e dos benefícios garantidos pela legislação a estes trabalhadores.

A pesquisa mostra que os MEI pretendem crescer alcançando níveis superiores de renda que os limites legais estabelecidos, ou seja, desejam tornarem-se, por exemplo, microempresários. A esta perspectiva de crescimento positiva junta-se o elevado índice de satisfação como MEI, com a maioria absoluta recomendando a formalização a outros empresários ainda não legalizados. Os proveitos com a formalização para os microempreendedores são verídicos na pesquisa ao revelar que, para a grande maioria dos entrevistados, propiciou aumento nas vendas e gerou condições melhores de compra com fornecedores. Apesar dos resultados serem gratificantes, alguns desafios ainda permanecem, como a ampliação do número de MEI que vendem para o governo ou para outras empresas. Isto pode ser considerado como uma oportunidade de diversificação e crescimento de sua participação no mercado. Outro desafio é a contratação de empregados, posto como uma decisão

difícil por grande parte dos MEI. Há, também, a questão de crédito, pois a maioria não buscou ou dentre aqueles que buscaram há uma quantidade significativa que não conseguiu. Agrega-se a isto, que a principal dificuldade citada pelos MEI na gestão de seus negócios ser conseguir empréstimos. Em relação de sua distribuição por região, é compreendido a mesma tendência ao longo dos anos, com a Região Sudeste com a mesma liderança do quantitativo de MEI registrados, seguida pela Região Nordeste. Já em relação aos grandes setores da economia, há uma ascendência nos setores de Comércio e Serviços. Apesar dos desafios que ainda existem e que poderão conduzir políticas, não há dúvida que a figura do empreendedorismo individual é um importante mecanismo de inclusão produtiva e desenvolvimento social.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº.s 8.212 e 8.213, ambas de 24 de Julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto- Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº. 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº.s 9.317, de 5 de Dezembro de 1996, e 9.841, de outubro de 1999. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>> Acesso em 12 Outubro de 2014.

BRASIL. **Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008**. Altera a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leiscomplementares/2008/leicp128.htm>> Acesso em 14 de Novembro de 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. Revista Economia e Sociedade. V9. Jun/2000. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-esociedade/V9-F1S14/06-Cacciamali.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

CIELO, I. D. **Perfil do pequeno empreendedor: Uma investigação das características empreendedoras nas empresas de pequena dimensão. 2001**. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UFSC: Florianópolis.

DEGEN, R. J. **O Empreendedor - Empreender Como Opção De Carreira.** São Paulo: Prentice Hall, 2009.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios.** Rio de Janeiro: Campus, 2001. Empreendedorismo- Transformando Ideias em Negócios 2 ed. Rio de Janeiro, 2005.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e Princípios.** São Paulo: Pioneira, 1987.

FEIJÓ, C. A.; SILVA, D. N. e; SOUZA, A. C. **Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? Uma proposta de classificação de atividades baseada na ECINF.** Revista de economia contemporânea, Rio de Janeiro, V. 13, n. 2, p. 329-354, maio/ago. 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rec/v13n2/v13n2a07.pdf> >. Acesso em 13 novembro de 2014. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 4 ed. Revista pelo autor. São Paulo: Companhia das letras. 1963.

Relatórios GEM 2010. Disponível em

< <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-epesquisas/gem-2010-maior-numero-de-empresarios-por-opportunidade>> Acesso em 01 de Novembro de 2014.

OLIVEIRA, D. C. **Ações de Apoio ao Empreendedor e Perfil Empreendedor. 2009.** Dissertação de Pós-Graduação, Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Portal do microempreendedor individual. Disponível em

<<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/modulos/inicio/index.php>> Acesso em 15 de Novembro de 2014.

RODRIGUES, Lino. (2010) **Economia informal no Brasil movimentada R\$ 578 bilhões, mais que o PIB argentino.** Disponível em

<<http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-deimprensa/selecao-diariadenoticias/midiasnacionais/brasil/oglobo/2010/07/22/economiainformal-no-brasil-movimentada-r-578>> Acesso em 17 de Novembro de 2014.

SOUZA, Dayanne Marlene. **Os principais benefícios proporcionados ao trabalhador informal para formalização através do Microempreendedor Individual.** 95 fls. Monografia (Curso de Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SEBRAE, **Economia informal urbana – 2010**. Disponível em
<http://www.mte.gov.br/pnmpo/economia_ilformal_urbana.pdf> Acesso em 18 de
Outubro de 2014.

SEBRAE, **Perfil empreendedor –2011**. Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/Estudos-apresentam-perfil-do-Microempreendedor-Individual,detalhe,6> Acesso em 17 de
Outubro de 2014.

SEBRAE, **Perfil empreendedor individual – 2011**. Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Perfil%20Empreendedor%20Individual%202011.pdf>> Acesso em 17 de Outubro de
2014.

SEBRAE, **Perfil empreendedor individual – 2012**. Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/perfil_MEI_2012.pdf>Acesso em 20 de Outubro de 2014.

SEBRAE, **Perfil empreendedor individual – 2013**. Disponível em:
<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Perfil%20MEI%202013.PDF>>Acesso em 22 de Outubro de 2014.